



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150541 - MG (2021/0223941-6)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
RECORRENTE : J A DOS S (PRESO)
ADVOGADO : HELEN CAROLINY DE MELO E OUTRO(S) - MG162345
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por J A DOS S contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (1104690-94.2021.8.13.0000).

O recorrente encontra-se preso preventivamente pela prática, em tese, do delito previsto no art. 121, §2º, incisos II e IV, do Código Penal.

Sustenta sofrer constrangimento ilegal decorrente da falta de fundamentação idônea da decisão que decretou a prisão preventiva. Afirmar possuir condições pessoais favoráveis para responder ao processo em liberdade.

Requer seja concedida a medida liminar determinando a imediata liberdade provisória do recorrente, com a expedição de alvará de soltura, para que este possa responder processo em liberdade. Pede que se conheça do presente recurso e que se dê regular prosseguimento, bem como a concessão definitiva, no mérito, do *writ* originário, para que se conceda a ordem de *habeas corpus* denegada pela Corte Estadual, bem como a revogação da prisão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em consulta ao *site* do Tribunal de origem, constata-se duplicidade de processo (RHC n. 138.240/MG). Evidencia-se, portanto, a prejudicialidade do pedido ora formulado.

Considerando a nova realidade fático-processual, o objeto do presente recurso ordinário esgotou-se, de modo que não há mais o que decidir nestes autos.

Ante o exposto, julgo prejudicado o presente recurso em *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente